



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA**

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS

ROSÂNGELA DE SOUSA MENCATO

A REPRESENTAÇÃO DO CURRÍCULO BILÍNGUE PARA SURDOS NA BNCC

PATOS - PB

2021

ROSÂNGELA DE SOUSA MENCATO

A REPRESENTAÇÃO DO CURRÍCULO BILÍNGUE PARA SURDOS NA BNCC

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras- EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientador (a): Profa. Esp. Juçara Lídia de Araújo Ângelo.

PATOS – PB

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA PATOS/IFPB

M536r Mencato, Rosângela de Sousa
A representação do currículo bilíngue para surdos na
BNCC/ Rosângela de Sousa Mencato. - Patos, 2021.
35 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.
Orientadora: Prof^ª. Esp. Juçara Lídia de Araújo Ângelo

1. Acessibilidade 2. BNCC 3. Ensino 4. Inclusão
5. LIBRAS I. Título.

CDU – 376-056.263

ROSÂNGELA DE SOUSA MENCATO

A REPRESENTAÇÃO DO CURRÍCULO BILÍNGUE PARA SURDOS NA
BNCC

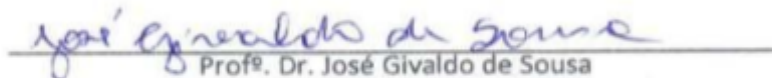
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora, do
Instituto de Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba (IFPB), para
obtenção do título de Especialista em
Libras.

Patos, 15 de fevereiro de 2021.

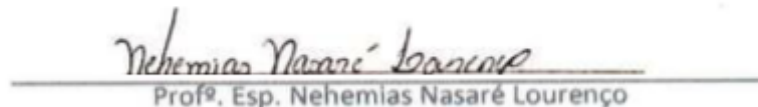
BANCA EXAMINADORA


Profª. Esp. Juçara Lídia de Araújo Angelo

Orientadora – IFPB


Profª. Dr. José Givaldo de Sousa

Avaliador – PMJP/PB


Profª. Esp. Nehemias Nasaré Lourenço

Avaliador – IFPB

RESUMO

Na Base Nacional Comum Curricular- BNCC (currículo básico comum), é estabelecido o conjunto de aprendizagens que devem contemplar o currículo de ensino das escolas brasileiras. Portanto, o objetivo principal deste trabalho é investigar como a BNCC disponibiliza de um currículo multicultural de ensino bilíngue para surdos, promovendo como consequência uma melhor acessibilidade na comunicação entre ouvintes e surdos da comunidade escolar por meio do ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como uma das disciplinas obrigatórias. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que possui metodologia de caráter bibliográfico e documental e pretende usar uma revisão narrativa, para dialogar com autores como: QUADROS (2006), FARIA (2011), SILVA (2018), ANDREIS- WITKOSKI (2014), SILVA (2015), mas também para analisar bases documentais como: BNCC (2017), PNE (2014), entre outros. Os resultados analisam “se e como” o ensino da LIBRAS permite a inclusão e acessibilidade na comunicação entre surdos e ouvintes, fazendo um paralelo com a BNCC e outras pesquisas que dialogam sobre o ensino da LIBRAS na base curricular ou sobre as consequências de sua suposta exclusão, a fim de comprovar a hipótese deste trabalho.

PALAVRAS- CHAVE: Acessibilidade; BNCC; Ensino; Inclusão; LIBRAS.

ABSTRACT

In the Base Nacional Comum Curricular – BNCC (common core curriculum), the set of learnings that must contemplate the teaching curriculum of Brazilian schools is established. Therefore, the main objective of this work is to investigate how BNCC provides a multicultural curriculum of bilingual education for the deaf, promoting, as a consequence, better accessibility in the communication between listeners and deaf in the school community through the teaching of LIBRAS (Brazilian Sign Language) as one of the obligatory subjects. This is a qualitative research, which has bibliographic and documentary methodology's and plans to use the narrative review to dialogue with authors such as: QUADROS (2006), FARIA (2011), SILVA (2018), ANDREIS – WITKOSKI (2014), SILVA (2015), but also to analyze documentary bases such as: BNCC (2017), PNE (2014), among others. The results examine "whether and how" teaching LIBRAS allows inclusion and accessibility in the communication between deaf individuals and listeners, by making a parallel with the BNCC and other researches that dialogue about the teaching of LIBRAS in the base curriculum or about the consequences of its supposed exclusion, in order to prove this work's hypothesis.

KEYWORD: Accessibility; BNCC; Teaching; Inclusion; LIBRAS.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Artigo: Desafios educacionais em contextos multilíngues de ensino: uma proposta curricular inclusiva com línguas de sinais e neurociência.....25

Tabela 2- Artigo: A importância da LIBRAS como componente curricular na educação básica.....26

Tabela 3- Artigo: LIBRAS: Desafios e possibilidade para a implantação do currículo da educação básica, da rede regular de ensino de Uibaí.....27

Tabela 4- Artigo: Um olhar sobre o surdo na Nova Base Nacional Comum Curricular no Brasil.....28

LISTA DE SIGLAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais

PNE- Plano Nacional de Educação

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

AEE- Atendimento Educacional Especializado

PcD- Pessoas com Deficiência

IFPB- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

MEC- Ministério da Educação e Cultura

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LBI- Lei Brasileira de Inclusão

TV- Televisão

DVD- Disco Digital de Vídeo

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SCIELO- Scientific Electronic Library Online

ASL- American Sign Language

PLs- Projeto de Leis

MIN- Museu Itinerante de Neurociências

OCC- Organização Ciências e Cognição

CeC- NuDCEN/ UFRJ- Núcleo de Divulgação e Ensino de Neurociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro

SEDUC- Secretaria Municipal de Educação

ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

BIREME- Biblioteca Regional de Medicina (atualmente Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde)

LISTA DE ABREVIATURAS

a.C.- Antes de Cristo

L1- Primeira Língua

L2- Segunda Língua

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS.....	14
	.	
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
2.1.1	Contexto histórico da educação dos surdos	17
2.2	REPRESENTAÇÃO DO CURRÍCULO BILÍNGUE PARA SURDOS NA BNCC.....	18
2.2.1	O povo surdo e a metodologia de ensino bilíngue através das produções literárias e culturais das comunidades surdas	20
2.2.2	Práticas de letramento visual no currículo multicultural na perspectiva de ensino bilíngue para surdos	22
2.3	IMPLICAÇÕES DA EXCLUSÃO DO CURRÍCULO BILÍNGUE PARA SURDOS NA BNCC.....	23
3	MÉTODOS	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	24

4.1	Estudo e análise de um relato de prática pedagógica.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar como está disposto a representação do currículo bilíngue para surdos na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que é um documento normativo para as escolas elaborarem sua proposta. Os componentes e conteúdos para cada série são descritos neste documento, que tem abrangência nacional, porém é o professor que determina como esses conteúdos serão ministrados e que recursos serão dispostos, dessa forma, o docente pode readaptar esses componentes de forma que atenda às questões socioculturais de sua turma.

A última e terceira versão da BNCC, disponibilizada em abril de 2017, com implementação nos estados e municípios até 2019, defende ideias de tolerância e respeito às diversidades culturais. Assim, a BNCC mantém uma convivência harmoniosa e destaca as diversificadas culturas no mundo contemporâneo, abandonando os estereótipos das diferenças culturais e acreditando que é importante considerar as identidades quando for priorizar os conteúdos escolares, pois todas elas são importantes para o processo educacional. Dessa forma, um currículo educacional, deve refletir diretamente em como a sociedade vê o cidadão que deseja formar para fazer parte dela. Numa sociedade capitalista, priorizou-se historicamente os conteúdos que as classes dominantes “de ouvintes”, achavam importantes para a escola ensinar, e durante muito tempo esse ensino foi pautado para uma formação para o trabalho, sendo amplamente excludente para as minorias educacionais, como o povo surdo. No entanto, com o paradigma inclusivo e com o modelo filosófico bilíngue, a Base Comum Curricular deveria contemplar uma proposta que atingisse 5% da população com surdez, o que corresponde a mais de 10 milhões de brasileiros, segundo dados do IBGE (G1, 2020).

Ao decorrer das formações pedagógicas sobre a BNCC, que participamos, e ao começar a pesquisar a respeito da última versão do documento, cuja elaboração teve participação dos professores do Brasil, os quais deram suas contribuições, questionou-se como ficaria a proposta curricular para os surdos nesse novo documento normativo. Foi então, que em uma das formações propostas num município paraibano, ao ser explorado o item 4.1 (A área de linguagem) levantou-se a seguinte problemática, que norteou a elaboração deste trabalho: Por que num país que possui políticas públicas de inclusão que asseguram os direitos a uma educação bilíngue para os surdos, não estruturaram na

BNCC um currículo contendo a LIBRAS como disciplina curricular obrigatória? Inviabilizando o direito de aprendizagem dos surdos, além de não promover a valorização da sua cultura, impossibilitando a formação da sua identidade. Sendo assim, este trabalho pretende comprovar a hipótese da exclusão do ensino da LIBRAS da Nova Base Comum Curricular.

Para comprovar essa hipótese, surgiu a necessidade de fomentar uma pesquisa qualitativa, de base bibliográfica e documental, que irá discorrer, mais aprofundada mente, sobre como está descrito na BNCC o currículo para o ensino bilíngue para surdos, e quais dessas práticas escolares norteiam as atividades curriculares para esse público na Base Comum, sendo que através da revisão narrativa iremos dialogar com autores como: QUADROS (2006), FARIA (2011), SILVA (2018), ANDREIS-WITKOSKI (2014), SILVA (2015), além de analisar bases documentais como: BNCC (2017), PNE (2014), entre outros.

Pretendemos ainda, coletar pesquisas nas principais plataformas acadêmicas, com temáticas e problemáticas semelhantes a deste trabalho, a fim de buscar uma justificativa plausível para essa suposta omissão. Iremos ademais analisar uma fonte primária (relato de experiência) de uma prática pedagógica elaborada para a edição de 2019 do prêmio educador nota 10, de forma a constatar como essa experiência poderia beneficiar não só os surdos, mas também toda a comunidade escolar.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

- Investigar como a BNCC dispõe o currículo na perspectiva do ensino bilíngue para surdos, de forma a proporcionar a acessibilidade na comunicação entre ouvintes e surdos da comunidade escolar através do ensino da LIBRAS como disciplina curricular.

1.1.2 Específicos

- Verificar como se deu ao longo dos anos, o percurso educacional das pessoas com deficiência até o surgimento do paradigma inclusivo;
- Compreender, através da análise do percurso histórico educacional dos surdos como surgiu o modelo filosófico bilíngue, verificando também quais são as práticas excludentes de acessibilidade comunicacional que ainda estão consolidadas em nossa sociedade;
- Analisar as metodologias e as práticas mais adequadas de ensino bilíngue para surdos e se essas são baseadas ou não na proposta curricular da BNCC;
- Observar se há na BNCC, uma organização e estruturação de um currículo multicultural e de práticas pedagógicas que possam promover um ensino bilíngue, para a formação identitária dos surdos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na antiguidade as PcD (Pessoas com Deficiência) eram consideradas como seres amaldiçoados com isso, excluídas, abandonadas ou sacrificadas à morte, por serem tidas como castigo do fruto do pecado. Somente no século XVI, que a Igreja, começa não mais tratá-las como seres sem alma ou sem direito à salvação. Neste momento a Igrejas Católicas começa a “observar” as pessoas com deficiência como doentes, incapazes, ou seja, eram deixados por suas famílias, para serem “cuidados” de maneira assistencialista em orfanatos ou conventos administrados por padres ou freiras. O exemplo disso, temos a roda dos enjeitados, um dispositivo ou porta giratória, embutida numa parede, para que as pessoas que deixassem as crianças não fossem vistas pelas instituições. Esse exemplo ganhou muito destaque nesse século na Europa e no Brasil: as primeiras Casas de Santa Misericórdia que receberam a roda dos enjeitados foram as do Rio de Janeiro, em 1738 e a de Salvador, em 1726.

No século XVII até o século XX surge a fase chamada de segregação, pois ocorre a criação de instituições não mais exclusivamente administradas pela igreja, que tinham como objetivo curar as pessoas com deficiência para que essas pessoas fossem inseridas em seu seio familiar novamente. Entretanto os manicômios ou sanatórios tinham práticas assistencialistas que em sua maioria eram desumanas e muitas vezes tinham tratamentos cruéis. Um dos primeiros no Brasil foi o hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro- Hospício Pedro II, no ano de 1852, sendo o segundo da América Latina.

No século XVIII, surgem novas propostas educacionais para os deficientes mentais, auditivos e cegos. Neste período pode-se destacar Jean Marc Itard (apud IFPB, 2020), considerado o fundador da educação especial, para cegos, surdos e deficientes intelectuais. Merece destaque também, os trabalhos desenvolvidos por Charles L’Eppée (apud IFPB, 2020), no ensino dos cegos, Valentin Haüy (apud IFPB, 2020), que foi o criador do Instituto Nacional de Jovens Cegos na capital da França.

No começo do século XX, foram criadas na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá algumas escolas especiais. Já no Brasil foram fundados: i) O Instituto de Meninos Cegos em 1854, localizada no Rio de Janeiro, atualmente Instituto Benjamin Constant; ii) O Imperial Instituto de Surdos – Mudos atualmente denominado de

Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, criada em 1857, também no Rio de Janeiro e na Bahia para os deficientes intelectuais; iii) O Hospital Juliano Moreira, fundado em 1874. Depois, no Brasil, iniciou-se o período de ampliação das instituições especializadas e é nessa época que surge também a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), fundada no Rio de Janeiro, em 1954 e atualmente com sedes em todas as regiões do país. (IFPB, 2020).

A quebra do paradigma integracionista só ocorreu quando a sociedade mudou a sua visão das pessoas com deficiência, trazendo condições favoráveis para a educação dessas pessoas com o objetivo de proporcionar a melhoria da sua vida. Neste período, Maria Montessori (apud IFPB, 2020), aprimora métodos de Itard e Seguin (apud IFPB, 2020) para pessoas com deficiência mental, adequando seu método ao alunado e relatando que o professor precisa colocar-se no “lugar” dos alunos, para conseguir bons resultados. Surge então uma nova fase no processo educacional das PcD: a inclusão. Com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Declaração de Jomtien, 1990) e Declaração de Salamanca (Conferência Mundial sobre Educação Especial, 1994), o paradigma inclusivo teve forte influência no mundo e no Brasil, pois foi criada a Lei 10.172/01, que trata da Educação Especial no Plano Nacional de Educação. (IFPB, 2020).

A partir desse momento, ocorreu a criação de políticas públicas de inclusão e os alunos com deficiência começaram a sair das escolas especiais para estudar no ensino regular. Nesta proposta inclusiva, eram as instituições que tinham que desenvolver metodologias de ensino que iriam favorecer a aprendizagem da pessoa com deficiência.

No Brasil, a partir dos anos 80, ocorreram várias mudanças no modelo educacional: i) A Constituição de 1988, na qual seu artigo 205 estabelece uma educação como direito de todos, o que valorizava a educação especial; ii) A legislação 10.172/01, que define a educação especial; iii) No ano de 2003, o MEC funda o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade; iv) Em 2005, foram implantados centros de referências para pessoas com superdotação e altas habilidades; v) Em 2007, foi criado o PDE- Plano de Desenvolvimento Educacional; vi) E em 2011, foi estabelecido, no Decreto 7.611/2011, um Atendimento Educacional Especializado – AEE, gratuito e complementar, sendo realizado no contra turno do ensino regular. A partir daí as escolas com o suporte e orientação do AEE, começaram a direcionar suas práticas pedagógicas

inclusivas. Apesar de todas as barreiras que a Educação Inclusiva enfrenta, ocorreu um aumento significativo de alunos com deficiência no sistema público de ensino. Portanto, para entendermos como a sociedade atual estruturou o sistema educacional na perspectiva inclusiva para surdos, é importante estudarmos um pouco mais sobre o percurso histórico da educação dos surdos.

2.1.1 Contexto histórico da educação dos surdos

Na antiguidade, os gregos e romanos, consideravam os surdos, como seres incapazes de aprender ou conviver em sociedade, pois tinham a concepção, de que o pensamento não se desenvolvia sem a linguagem e esta, não se constituiria sem a fala, com isto, os surdos eram isolados, do convívio social e durante muito tempo foram excluídos, somente porque não falavam, demonstrando que o problema na verdade, não era a surdez, mas sim, a ausência da fala. (FARIA, 2011)

O registro mais antigo da língua de sinais é de 368 a.C. quando Sócrates questionou como as pessoas que não falavam indicavam os objetos para outras pessoas. No entanto, apenas no século XVI na Idade Moderna, o médico Girolamo Cardano, apresenta um método que combinava sinalização à linguagem escrita, comprovando que os surdos podem ser alfabetizados sem a necessidade de desenvolver a fala. Depois surgiram pesquisadores como: Pedro Ponce de Leon (criador do oralismo), Juan Pablo Bonet e Abade L'Epée (pesquisadores do método combinado), entre outros. (FARIA, 2011).

L'Epée cria na França, em 1750, a primeira instituição escolar para surdos no mundo. Thomas Gallaudet, em 1815 trouxe um professor francês e funda uma escola de surdos em Washington (hoje Universidade de Gallaudet). No Brasil, em 1857, Dom Pedro II, cria a primeira escola para surdos do país (atualmente o INES), com ajuda do Professor francês Harnest Huet.

Em 1880, o Congresso Mundial de Professores de surdos, declarou a superioridade do método oral puro, sobre o uso de sinais, o que provocou uma grande polêmica entre professores ouvintes e surdos, uma das consequências desse congresso foi a proibição do uso ou do ensino da língua de sinais, devendo o surdo aprender somente através do método oral. Com isso, foram mais de cem anos de práticas de ensino rigorosas, tradicionais, torturantes e metódicas (FARIA apud MOURA, 2011).

No ano de 1960, William Stokoe, desenvolve seus estudos em que comprova que a língua de sinais possui uma estrutura gramatical diferenciada das línguas orais. A partir daí surge o modelo filosófico bilíngue. Em resumo, a educação dos surdos percorre historicamente por três modelos:

ORALISMO – [...] Métodos que apostam no treinamento da audição, como principal recurso para atingir o objetivo de oralizar o surdo.

COMUNICAÇÃO TOTAL – [...]. Defende o uso de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais [...].

BILINGUISMO - [...]. Pode ser considerado como uso que as pessoas fazem de diferentes línguas em diferentes contextos sociais. (FARIA, 2011, p. 31; 32; 33)

No oralismo, o surdo era proibido de realizar qualquer outra forma de comunicação que fosse diferente da fala, sendo que esse modelo não era eficaz para todos. Devido a esse fator, surge a comunicação total, modelo filosófico que consistia na utilização de alguns sinais, da leitura labial e do alfabeto manual amplificado. Neste contexto, a forma de comunicação utilizada era a que mais se adequasse a cada surdo ou o indivíduo poderia utilizar as três simultaneamente. Já o modelo filosófico bilíngue constitui na utilização de uma língua gestual- visual ensinada como língua natural ou materna (L1), ensinando- se a língua dos ouvintes ou língua oral apenas na modalidade escrita e como uma L2.

2.2 REPRESENTAÇÃO DO CURRÍCULO BILÍNGUE PARA SURDOS NA BNCC

A PNE (Plano Nacional de Educação) é um documento importante para as políticas públicas brasileiras e estabelece 20 metas para consolidar o sistema educacional, de forma a que acabassem as barreiras para o acesso e continuidade do ensino, diminuindo as desigualdades, impulsionando e tornando real o direito à educação para todos, o que foi assegurado na Constituição de 1988 e pela LDB 9.394/1996.

Considerando que a BNCC foi elaborada com base no PNE (Plano Nacional de Educação), permanece o questionamento do por quê a LIBRAS não se tornou disciplina obrigatória, excluindo o povo surdo de seus direitos assegurados nas legislações: i) Constituição Federal de 1988 (Artigos: 205 206 e 208); ii) LDB 9.394/1996 (capítulo V); iii) LBI 13.146/2015 (Título III Acessibilidade- capítulo I e II); iv) Lei 10.436/

2002; v) lei 12.319/ 2010; vi) Decreto lei 5.626/2005; vii) Resolução 04/2009; vii) E da própria PNE (2014 a 2024), na sua meta 4, que assegura, para PcD e TGD (transtornos globais de desenvolvimento) de 4 a 17 anos, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, através da promoção de um sistema educacional inclusivo.

A BNCC prioriza um ensino bilíngue numa língua estrangeira, contempla um currículo multicultural, priorizando as etnias indígenas, além de respeitar outros aspectos culturais e regionais do povo brasileiro. Ademais mesmo com uma legislação tão firmada que assegura o direito dos surdos, a BNCC deixa essa minoria cultural excluída de seu documento, quando não torna a LIBRAS, disciplina curricular obrigatória e levando-se em consideração que os professores vão nortear seu trabalho por este currículo, como um professor vai propor o trabalho com seu aluno surdo no sistema regular? Além de tantas outras questões, como a não efetivação das políticas públicas de inclusão para surdos já em vigor. A comunidade surda precisa ter seus direitos assegurados na BNCC, que atualmente está disposta da seguinte maneira:

Partindo do contexto do Ensino Fundamental para a educação básica, destinado ao público de faixa etária de 6 a 14 anos de idade, teremos a organização da Base Nacional Comum Curricular na área de Linguagens:

- Língua Portuguesa;
- Língua materna para populações indígenas;
- Língua estrangeira moderna;
- Educação física; e
- Artes.

Com efeito, podemos indagar: como podemos visualizar a verdadeira inclusão do surdo na Base Nacional Comum Curricular na área de linguagens se a LIBRAS não foi contemplada? Se torna contraditório que uma das competências da BNCC seria: utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita), que aqui encontramos a língua portuguesa, língua materna para os indígenas e a língua estrangeira e/ou verbo-visual (como LIBRAS), nesse momento a LIBRAS não tem amparo nessa Base Nacional Comum Curricular. (SILVA, 2018, online).

Quando os surdos foram excluídos da BNCC, estes ficaram sem seus direitos assegurados, e além do mais esse fato não norteia o trabalho dos professores de LIBRAS, mas questiono as causas que levaram, um documento elaborado por

professores de todo país, deixar essa minoria excluída, de uma educação inclusiva, que é o direito de todos. Se atentarmos para a história educacional do povo surdo, veremos que isso é um fator histórico, que ainda não foi rompido na sociedade em que vivemos.

2.2.1 O povo surdo e a metodologia de ensino bilíngue através das produções literárias e culturais das comunidades surdas

A cultura surda abrange aspectos mais próprios da vida dos surdos e sua vivência se dá, através do mundo visual, por isso a língua de sinais não pode estar dissociada dessa cultura, isso acontece, porque:

Assim como ocorre em diferentes culturas, a cultura surda - formada principalmente em função da língua de sinais em comum - é um padrão de comportamento, compartilhado pelas pessoas surdas, trocando experiências com os seus semelhantes, como valores, crenças, literatura ou eventos sociais, sejam eles formais ou informais, caracterizando um tipo de sociedade. (PERLIN, THO

MAS, LOPES, 2004). Arelado ao conceito de cultura surda, está uma das mais importantes características que é a experiência visual do surdo, sendo esta a porta de entrada do processo de aprendizado e absorção dos hábitos cultivados pelos integrantes desta cultura, muito embora exista outros artefatos culturais como relata STROBEL. A cultura surda busca incessantemente promover adaptações nas diversas instituições culturais com o objetivo de tornar o meio em que vive habitável e acessível de forma que suas necessidades sejam plenamente atendidas. (SANTANA, et al., p.3, 2020).

As comunidades surdas possuem muitos gêneros literários produzidos culturalmente por surdos atuantes nestas. Essas produções levam em consideração três aspectos: a LIBRAS, a cultura surda e a identidade surda. Os textos literários são carregados de sinais e toda experiência visual e estrutura gramatical presente na língua de sinais. No entanto, mesmo com o avanço das tecnologias da comunicação, cresce aos poucos o número de registros em vídeo dessas obras. Portanto, as comunidades precisam transformar essas obras em materiais de estudo para o letramento de surdos dentro das escolas e numa perspectiva bilíngue, pois:

O método bilíngue deve apresentar aquilo que o identifica, o uso da língua de sinais e de uma didática que não a deixe longe daquilo que sabemos: o constitutivo do sujeito surdo, em seu operador totêmico, é o uso da visão e, com isto, a língua criada para este fim, à língua de sinais. Precisa ser, portanto, uma didática que leve à aprendizagem com o uso da visão [...] os surdos como leitores, lêem o mundo a partir de suas possibilidades visuais e daí aprendem. (ANDREIS-WITKOSKI 2014, p. 229; 231).

Partindo desse pressuposto, a metodologia de ensino bilíngue com base prioritária a LIBRAS é a mais adequada proposta educacional, pois os alunos irão ter contato com sua língua materna e simultaneamente com a língua portuguesa (como L2, na modalidade escrita). No entanto, este ensino precisa ser realizado dentro de um contexto de letramento visual.¹ Sendo assim,

O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da co-existência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim, tornar possível a co-existência dessas línguas reconhecendo-as de fato atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia a dia da pessoa surda que se está formando. (QUADROS, 2006, p.13).

Segundo Quadros (2006), um dos recursos mais importantes para serem dispostos em sala de aula é o uso de relatos e produção de histórias e literatura infantil em sinais, visto que, nas comunidades surdas existe uma gama de histórias naturais e espontâneas mas também de contos que passam de geração para geração. Dessa maneira, transformar esse material em objeto de estudo dentro das escolas faz-se necessário, pois “os alunos surdos precisam tornar-se leitores na língua de sinais para se tornarem leitores na língua portuguesa.” (QUADROS, 2006, p. 26), mas, para isso, a autora ainda afirma que temos que levar em consideração:

O processamento cognitivo espacial especializado dos surdos; O potencial das relações visuais estabelecidas pelos surdos; A possibilidade de transferência da língua de sinais para o português; As diferenças nas modalidades das línguas no processo educacional; As diferenças dos papéis sociais e acadêmicos cumpridos por cada língua; As diferenças entre as relações que a comunidade surda estabelece com a escrita tendo em vista sua cultura; Um sistema de escrita alfabética diferente do sistema de escrita das línguas de sinais; A existência do alfabeto manual que representa uma relação visual com as letras usadas na escrita do português. (QUADROS, 2006, p. 32; 33).

¹No contexto da educação bilíngue na contemporaneidade a educação literária do aluno surdo passa a ser pensada e praticada sistematicamente na escola de ensino regular. Nesse espaço, ele começa a ter contato com obras literárias (a maioria impressas) e a participar de práticas de leituras voltadas à interpretação de textos, à leitura e à escrita em português, à fruição, dentre outros. O contato com obras literárias em libras também pode ocorrer na escola, porém se torna dependente de alguns fatores como: recursos tecnológicos (TV, aparelho de DVD, computador, acesso à internet, DVDs em LIBRAS de gêneros literários diversos) intérpretes e professores fluentes em LIBRAS, evidenciando que a educação literária na própria língua de sinais para o surdo ainda é precária e carece de investimentos contínuos para que ocorra em condições de acesso análogas às disponíveis aos ouvintes. (SILVA, 2015, online).

Portanto, pegar todas as produções culturais do povo surdo e utilizá-las como instrumento e objeto de estudo dentro das escolas seria uma maneira de proporcionar a aprendizagem e, principalmente, a formação da identidade dos surdos.

2.2.2 Práticas de letramento visual no currículo multicultural na perspectiva de ensino bilíngue para surdos

O currículo multicultural está presente na escola quando cada instituição de ensino readapta e organiza os conteúdos regionalismos culturais e/ou linguísticos de determinados grupos como é o caso do povo surdo. Entretanto, na BNCC, na área de Linguagens, o currículo multicultural contempla a língua materna para populações indígenas, a língua estrangeira (inglês) e os regionalismos da língua portuguesa, não dispondo, assim, de um currículo multicultural na perspectiva do ensino de surdos.

Portanto, um currículo multicultural para o ensino bilíngue de surdos deve contemplar práticas de letramento visual. Este, “Conforme Soares (2009, p. 33), parece ter sido usado pela primeira vez no país no ano de 1986 por Mary Kato, no livro ‘No mundo da escrita: uma perspectiva Psicolinguística’” (GRANDO, 2012, p.2), surgindo num discurso de linguistas e educadores, buscando um conceito mais amplo da palavra inglesa “LITERACY” (alfabetização).

Sendo assim, letramento não se resume somente à ação de ler e escrever, incorporado a práticas de codificação ou decodificação, como acontece no processo de alfabetização, mas também, à utilização e disposição dessas habilidades em práticas sociais cotidianas de cada indivíduo. Em outras palavras, o letramento visual é a habilidade de interpretar, ler e compreender as informações através de imagens, transformando as percepções visuais em objetos de estudo e dispondo de estratégias e práticas de leitura e escrita do que é visto, para que o indivíduo surdo possa utilizar imagens como recurso de ensino para desenvolver a comunicação e a cognição.

Os surdos têm na experiência visual um canal ou um sistema representativo pelo qual podem aprender, desenvolver-se e expressar-se através do uso de sua língua natural (LIBRAS). Os surdos que não tiveram contato com a comunidade surda têm dificuldade para formar uma identidade, por não aprenderem a LIBRAS e os valores culturais agregados ao seu uso. A não utilização da LIBRAS pode impactar negativamente na formação da identidade do surdo: O indivíduo possui uma linguagem primitiva com

expressões gestuais caseiras e precárias gramaticalmente as quais nem sempre expressam aquilo que ele deseja relatar. A exclusão na BNCC, de um currículo multicultural que possua práticas de letramento visual, ressalta ainda mais a exclusão escolar.

2.3 IMPLICAÇÕES DA EXCLUSÃO DO CURRÍCULO BILÍNGUE PARA SURDOS NA BNCC

O professor deve atuar como mediador sem diferenciar conteúdos, pesquisando, construindo e adaptando recursos e metodologias para que seus alunos se tornem participantes de todo o processo de construção de conhecimento. Contudo, para isso, o docente precisa se aperfeiçoar e estar preparado para mudanças no seu fazer pedagógico, quebrando as suas próprias barreiras atitudinais para que, a partir daí, busque as formas de mediar as dificuldades de seus alunos partindo das potencialidades de cada um.

A educação inclusiva traz uma nova proposta de adaptações, considerando a diversidade humana, em suas particularidades. Exemplificaremos cada uma delas:

- Curriculares - os conteúdos e atividades devem oportunizar os aspectos sociais, culturais e as dificuldades de cada aluno, devendo a escola adaptar recursos para proporcionar o desenvolvimento de cada indivíduo;
- Arquitetônicas - mudar o ambiente ou as condições de acesso, para proporcionar uma escola inclusiva para as PcD;
- Comunicacionais- favorecer o acesso à LIBRAS, para promover a comunicação de minorias culturais como o povo surdo;
- Atitudinais- mudanças no comportamento que favoreçam a participação social das PcD dando condições de igualdade para que se desenvolvam.

As mudanças dessa barreira são o ponto de partida para a escola ser inclusiva, garantindo a presença do aluno surdo na escola e tendo sua participação efetiva no processo de aprendizagem, através da construção de conhecimentos, de metas e de adaptações curriculares, arquitetônicas e atitudinais.

3 MÉTODOS

Esta é uma pesquisa exploratória, que, para identificar os resultados e discussões para a problematização exposta neste artigo, busca através de bases teóricas bibliográficas e documentais, acerca do ensino e da acessibilidade comunicacional para surdos na BNCC.

Para a coleta de dados e para alcançar os objetivos pretendidos, iremos pesquisar e analisar nas principais plataformas acadêmicas, obras bibliográficas de fontes primárias, secundárias ou terciárias que tratem a respeito das causas ou dos efeitos da exclusão de um currículo de ensino bilíngue para surdos na BNCC.

Essa pesquisa qualitativa será fundamentada em pressupostos teóricos que apresentem significativa importância na definição e na construção acerca das práticas de ensino de surdos brasileiras, as quais não foram contempladas na BNCC.

Portanto, o trabalho irá se desenvolver a partir do método conceitual-analítico, pois iremos dispor de trabalhos e conceitos de outros autores, de acordo com os objetivos propostos para formação da análise científica desse trabalho acerca de nosso objeto de estudo, promovendo uma análise também comparativa com a BNCC. Favorecendo, assim, uma autonomia na análise dos resultados, não sendo obrigatório ter uma resposta única e universal acerca da temática da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atualidade Brasileira, o ensino bilíngue é estabelecido por meio da Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; [...]

Art.208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]

Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...] (BRASIL, 1988, p. 137- 138).

E também pelas legislações: LDB 9394/1996 (Capítulo V); LBI 13.146/2015 (Título III Acessibilidade- Capítulo I e Capítulo II); Lei 10.436 de 24/04/2002; Lei 12.319/2010, decreto Lei 5.626/2005 que garantem a acessibilidade na comunicação dos surdos através de sua língua materna (L1) e da Resolução n 04/2009 (que institui diretrizes operacionais para o AEE). Entretanto, ainda está muito presente na sociedade o mito herdado da antiguidade, no qual só se é possível aprender através do método de ensino oral. Isso dificulta a formação da identidade surda, a qual ocorre nas comunidades surdas, além de afetar políticas públicas de oferta de formação de professores de LIBRAS e intérpretes nos ambientes escolares, não viabilizando a aprendizagem da LIBRAS e para que seja possível sua comunicação e posteriormente sua alfabetização dos surdos na idade correta.

Apesar de toda essa legislação que garante ao povo surdo acessibilidade comunicacional, no Brasil, ainda ocorrem práticas excludentes no que se refere à representação Curricular para surdos na BNCC, documento tão importante que norteia o trabalho de todos os educadores brasileiros. Com base em todas as questões e discussões acerca dessa temática, há, até então, poucos trabalhos que tratem ou abordem parcialmente a respeito do ensino de LIBRAS na BNCC ou sobre sua exclusão. Diante das pesquisas realizadas nas plataformas CAPES, SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO, não obtivemos nenhuma pesquisa relacionada ao nosso tema. Em seguida, em pesquisas na homepage Google, colocamos a sentença: “O ensino de LIBRAS na BNCC”, apresento abaixo os artigos que mantêm uma proximidade com nosso tema:

Tabela 1- *Desafios educacionais em contextos multilíngues de ensino: uma proposta curricular inclusiva com línguas de sinais e neurociência.*

<p>ASSUNTOS PRIVILEGIADOS PELA PRODUÇÃO</p>	<p>Este artigo analisa, com base na lei 10.436/2002 e decreto 5.626/2005, os direitos e garantias educacionais dos surdos que foram estabelecidos com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS como meio legal de comunicação, estabelecendo- se também a criação de escolas bilíngues, com a presença de intérpretes e professores especializados em todo o processo. Esse trabalho trata sobre uma perspectiva interdisciplinar de uma nova proposta curricular, considerando o contexto de Português- Inglês, Português – LIBRAS e Inglês- Língua Americana de Sinais (ASL, da língua inglesa, American Sign. Language), analisando os parâmetros, diretrizes, bases curriculares e estudos neurocientíficos para a compreensão dos fenômenos e desenvolvimento de aprendizagens através da troca de experiências de todos da sala de aula.</p>
--	---

<p>PRESSUPOSTOS TEÓRICOS (AUTORES E TEORIAS ESTUDADAS)</p>	<p>A partir da Neurociência, o artigo analisa o ensino de Português- Inglês, Português – LIBRAS e Inglês- Língua Americana de Sinais (ASL, da língua inglesa, American Sign. Language) e suas interdisciplinaridades em documentos legais e fundamentados nos pressupostos dos teóricos: SHOLL-FRANCO & ARANHA, 2015; DELORS, 2012; FLAVELL, 1987; MAINIERI, 2011; GESSER, 2009; GESSER, 2011; FERREIRA, 2011; SKLIAR, 1997; QUADROS, 1997; LACERDA, 2010; BEHARES, 1993; KELMAN, LAGE, ALMEIDA, 2015; SHOLL-FRANCO, ASSIS & MARRA, 2012; TOKUHAMA-ESPINOSA, 2016; TOKUHAMA-ESPINOSA, 2010. Dentre outros.</p>
<p>NATUREZA DE TEXTO</p>	<p>O estudo foi dividido em duas partes: A pesquisa bibliográfica, na qual foi realizada uma pesquisa sistemática de literatura em bases de dados como: Scielo, Bireme, Portal Periódicos/ ScienceDirect, PubMed, Scopus, entre outras. No período entre os anos de 2010 à 2017, buscou também, obras sobre os temas: Inclusão de surdos no ensino de inglês e Multilinguismo no ensino de inglês. A pesquisa de campo em que ocorreu a execução e construção e aplicação da oficina: “Multilinguismo: Que universo é esse?” oficina realizada para docentes e discentes do ensino básico e médio. Esse trabalho depois fez parte do módulo: Linguagem e comunicação, integrando- se ao projeto Museu Itinerante de Neurociências (MIN), fundado em 2009 em parceria entre a Organização Ciências e Cognição (OCC) e o Núcleo de Divulgação e Ensino de Neurociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CeC- NuDCEN/ UFRJ).</p>

Esse artigo, traz a proposta do ensino de inglês e/ou língua americana de sinais ASL (American Sign. Language) em um universo multilíngue, sobre a perspectiva da nova BNCC, baseando seus estudos nas neurociências, para analisar a complexidade desse ensino multilíngue para surdos e de todos os desafios para sua implementação. Portanto, para se ensinar inglês para alunos surdos, devemos considerar que o surdo irá aprender o inglês da mesma forma que o português (como uma língua estrangeira e na modalidade escrita) e, em uma modalidade gestual-visual como a LIBRAS, a ASL (American Sign. Language). Todavia, esse ensino demanda de uma interdisciplinaridade e de metodologias de ensino que terão que considerar esse contexto multilíngue.

Quanto à proximidade desse trabalho aos nossos estudos, eles relacionam-se quando ambos fazem uma crítica à ausência do ensino da LIBRAS na BNCC, refletindo sobre as implicações de como será esse ensino de inglês obrigatório para alunos surdos, se a base curricular não orienta nem o trabalho com a LIBRAS que é a língua natural dos surdos brasileiros. Fundamentado-se sobre as leis que asseguram direitos e garantias sociais e educacionais de sujeitos surdos como: a Lei de nº 10.436 de 2002 e o Decreto nº 5.626 de 2005.

Tabela 2- *A importância da LIBRAS como Componente Curricular na Educação Básica*

ASSUNTOS PRIVILEGIADOS PELA PRODUÇÃO	Apresenta a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como componente curricular desde a educação infantil, expondo e refletindo sobre a trajetória e o conceito da LIBRAS e das legislações que asseguram a importância da inclusão da língua de sinais no currículo escolar e os fatores que influenciam sua prática pedagógica.
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS (AUTORES E TEORIAS ESTUDADAS)	Fundamenta sua pesquisa em pressupostos teóricos que tratam da importância da LIBRAS como componente curricular desde a educação infantil. Dentre eles destacam-se os estudos de: VYGOTSKY, 2001; FREUD, 2013; GESSER, 2009; GUTIERREZ, 1978; HONORA, 2009; LACERDA, 2006; LIMA, 2014; LUZ, 2013; MANTOAN, 2003; MARCONI E LAKATOS, 2010; NOVAES, 2014; SALLES, 2004. Dentre outros.
NATUREZA DE TEXTO	A metodologia é de cunho bibliográfico com método qualitativo, na qual busca exemplificar de forma descritiva os prós e os contras da efetivação pedagógica no ensino da LIBRAS. Busca também sanar as necessidades do público surdo em sua interação, tornando a cultura surda conhecida para que seu ensino seja de fato efetivado.

O artigo acima referenciado, apresenta a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como componente curricular desde a educação infantil, fazendo o seguinte comparativo: assim como os alunos ouvintes, a criança surda deveria entrar na escola com a fluência em sua L1 (LIBRAS) e que as metodologias e o currículo deveriam acontecer e serem aplicadas desde a educação infantil. Demonstrando que, no período escolar, as aprendizagens adaptadas e as metodologias de ensino bilíngue são negligenciadas a esse surdo, expondo uma reflexão sobre o conceito da LIBRAS, seu histórico, a lei que a assegura, a importância da sua inclusão no currículo escolar e os fatores que influenciam a prática pedagógica no ensino dela.

No tocante à proximidade com esse trabalho, ambos evidenciam como essa exclusão de um currículo bilíngue na BNCC pode interferir nas questões culturais e de formação da identidade do surdo.

Tabela 3- LIBRAS: Desafios e possibilidade para a implantação do currículo da educação básica, da rede regular de ensino de Uibaí.

ASSUNTOS PRIVILEGIADOS PELA PRODUÇÃO	O artigo parte da necessidade de uma análise a respeito da implantação do ensino da LIBRAS no currículo do ensino fundamental da educação básica das escolas de Uibaí. Dispõe do histórico sobre a educação de surdos e a atual política de educação fundamentada na inclusão dos surdos na escola comum e apresenta os principais projetos de leis (PLs) da Câmara do Senado, chamando a atenção para a importância da Base Nacional Comum Curricular e o currículo local e indicando o uso da LIBRAS como disciplina obrigatória para beneficiar a educação e a inclusão dos surdos no espaço escolar.
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS (AUTORES E TEORIAS ESTUDADAS)	Essa pesquisa apresenta os principais projetos de leis (PLs) da Câmara do Senado, chamando a atenção para a importância da Base Nacional Comum Curricular e o currículo local na cidade de Uibaí. Fundamenta-se sobre os pressupostos teóricos que analisam ou orientam um currículo de ensino fundamental que disponha da LIBRAS como componente curricular obrigatório. Dentre eles, dispõe dos estudos de: ALBRES, 2019; LAKATOS e

	MARCONI, 2010; LIMA, et al; MENDONÇA, et al. 2019; MOREIRA, 2005; ZOTTI, 2006; SEVERINO, 2007. Entre outros.
NATUREZA DE TEXTO	Pesquisa bibliográfica realizada em fontes que discutem o tema trabalhado, como: documentos impressos, livros, artigos, teses, etc. Também foi realizada uma pesquisa de campo, tendo por base a Secretaria Municipal de Educação de Uibaí (SEDUC). Sendo desenvolvida dentro de uma abordagem qualitativa que pretendeu analisar e fazer observações nos espaços da secretaria, estudos esses que completaram as análises teóricas a despeito do tema. Ainda, utilizou-se nessa pesquisa de técnicas e análises das entrevistas, questionários, dentre outros.

Esse artigo mantém uma relação muito próxima com o nosso trabalho no que se refere à reflexão a respeito da inclusão do surdo no ambiente escolar e seu entorno. Apresentando também as necessidades da inclusão da Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS no currículo escolar da educação básica do ensino fundamental na cidade de Uibaí. Fazendo uma pesquisa documental atual dos Projetos de Lei (PLs) em tramitação na Câmara e no Senado que tratam a respeito da importância da inclusão da LIBRAS na Base Nacional Comum Curricular-BNCC.

Tabela 4- *Um olhar sobre o surdo na Nova Base Nacional Comum Curricular no Brasil.*

ASSUNTOS PRIVILEGIADOS PELA PRODUÇÃO	Esse trabalho realiza um resgate histórico da construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB, Plano Nacional de Educação- PNE e a BNCC. O artigo também traz à tona toda a problemática da omissão da comunidade surda no tocante à exclusão da LIBRAS como disciplina curricular obrigatória na nova Base Comum Curricular. Tomando por base a Lei 10.432/02 e o decreto 5626/05, que nos seus dispositivos legais reconhece e regulamenta a LIBRAS como língua da comunidade surda, dispõem como os ambientes precisam oportunizar a comunicação dos surdos e traz também a discussão de como a convenção das pessoas com deficiência- PcD reconhece e reflete sobre a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as PcD.
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS (AUTORES E TEORIAS ESTUDADAS)	Esse trabalho pesquisa como está disposto o ensino de LIBRAS em documentos como: LDB, PNE e BNCC, fundamentando-se nos trabalhos e teorias dos seguintes pesquisadores: QUADROS, 1997; KARNOPP, 2004; QUADROS e SCHMIEDT, 2006; SARTRE, 1978; VYGOTSKY, 1993. Dentre outros.
NATUREZA DE TEXTO	O artigo, vai perpassar por dois tipos de pesquisas qualitativas: O bibliográfico- quando pesquisa os estudos que se iniciam na década de 80 com a professora Lucinda Ferreira Brito (1982); Lodenir B. Karnopp (1994) e Ronice M. Quadros (1995); entre outros. O documental- quando analisa o ensino de surdos na perspectiva da LDB 4.024/61; LDB 5.692/71; LDB 9.349/96; Constituição Federal de 1988 (Art. 205); PNE lei 10.172/10; PNE lei 13.005/14; BNCC de 2017; dentre outros.

A escolha desse artigo ocorreu por ele fazer um estudo mais aprofundado sobre a exclusão do ensino de LIBRAS na BNCC, fazendo uma análise histórica de documentos como a LDB, PNE e da própria BNCC. Além desse motivo, a proximidade com o nosso objeto de estudo e tema escolhido e, principalmente, o fato do artigo possuir uma relação com o nosso projeto, porque foi utilizado como um dos pressupostos na fundamentação teórica deste. Isso é o que demonstro na seção

“*Representação do currículo bilíngue para surdos na BNCC.*”, na qual cito parte do artigo: “*Um olhar sobre o surdo na Nova Base Nacional Comum Curricular no Brasil*” inter-relacionando com outros teóricos ou bases documentais.

Diante dos conceitos e de toda a fundamentação teórica apresentada nesse trabalho e, levando em consideração os artigos apresentados acima, fica comprovada a nossa hipótese de que o ensino da LIBRAS foi excluído da Nova Base Comum Curricular, sendo esse um retrocesso para o ensino de surdos no Brasil. Portanto, para comparar como esse ensino pode ser incluído no ensino regular de forma proveitosa realizamos uma análise do relato descrito abaixo.

4.1 Estudo e análise de um relato de prática pedagógica

Iremos agora apresentar a análise de uma fonte bibliográfica primária, realizada para o Prêmio Educador Nota 10 (2019), em que, com base no relato de experiência dessa prática pedagógica, podemos verificar o quanto o ensino de LIBRAS como componente curricular, da forma que está prevista nas legislações, foi proveitoso, já que estabeleceu interação entre surdos e ouvintes em uma sala regular de 4º ano de uma escola da zona urbana de um município da Paraíba. Assim, observamos como o ensino da LIBRAS está em concordância com a competência 4- comunicação da BNCC do ensino fundamental, que fala que devemos dispor de diferentes linguagens para expressar informações, experiências e ideias (e onde a LIBRAS deveria ter sido contemplada). Ademais, está em concordância com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): **4 Educação de Qualidade** - uma vez que foi promovido o processo de ensino da LIBRAS dispondo de profissionais e recursos adequados; **10 Redução das desigualdades** - pois promoveu a comunicação entre ouvintes e Surdos, proporcionando acessibilidade na comunicação e **16 Paz Justiça e Instituições Eficazes** – visto que garantiu a efetivação das políticas públicas de inclusão.

Como resultado, essa experiência foi muito significativa não apenas para os discentes da turma, como também para os surdos que auxiliavam como monitores e ao mesmo tempo ganhavam prática em sua L1, comunicavam-se e interagem com os outros alunos ouvintes. A disciplina de LIBRAS era ensinada todas as quintas-feiras, das 7:00 às 9:00 AM, para a turma dentre os meses de julho à dezembro de 2019. Esse ensino tinha como o principal objetivo promover a comunicação entre os surdos e

ouvintes através de ações inclusivas entre a sala de AEE e a sala regular. Para isso, em primeiro lugar foi organizado e realizado um horário para o ensino da LIBRAS na turma. Em seguida, foram realizados encontros entre a comunidade surda e alunos ouvintes para promover a acessibilidade na comunicação entre os grupos. Por último foi reafirmado, através de encontros com a comunidade escolar, a importância da língua de sinais para que ocorra a inclusão dos alunos surdos atendidos pela sala de recursos de maneira que essa proposta no futuro possa transformar a LIBRAS em disciplina curricular nas turmas regulares da Escola.

Dessa maneira, elaborou-se uma proposta, na qual os alunos surdos também pudessem se fazer presentes, pois tinha como objetivo geral promover a comunicação através do ensino da LIBRAS como L1 para os surdos e como L2 para os ouvintes. Durante o ano, além do conteúdo ensinado, os alunos participaram de eventos que firmaram na comunidade escolar a importância do ensino da LIBRAS, como: semana da leitura, em que foi trabalhado com a literatura surda com o estudo de “Mamadu, o herói surdo” da autora Marta Morgado; Cantata natalina com um coral em LIBRAS, entre outros. Quanto à formação da profissional que ministrava estas aulas, ela tinha formações acadêmicas tanto para atuar como professora de LIBRAS, assim como Tradutora e Intérprete, o que garantiu os direitos de uma “educação para todos” como propõe a Constituição Federal de 1988, mas que, inexplicavelmente, foi excluída da BNCC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal provocação da educação inclusiva no Brasil é que, apesar das escolas afirmarem que seguem uma linha educacional construtivista e sociointeracionista, o nosso sistema de ensino ainda está fomentado por práticas de ensino tradicionais, sendo isso, inviável para o desenvolvimento do paradigma inclusivo. O motivo disso é o fato da educação inclusiva propor uma mudança de postura em todo o sistema educacional, a fim de que todos os alunos se desenvolvam, assumindo o compromisso de atender às necessidades de cada um. Todavia, para tal, não basta apenas oportunizar o acesso à escola, mas é preciso garantir propostas curriculares que levem em consideração a aprendizagem e a permanência dos alunos na escola, respeitando as particularidades de cada indivíduo e propiciando isso através de um espaço democrático que propicie a formação de cidadãos de direitos. Infelizmente,

não é isso que ocorre no ensino tradicional, em que os alunos são estigmatizados pelo seu não acompanhamento dos padrões de ensino aplicados.

O ensino tradicional para os surdos contempla um currículo de ensino pautado em uma proposta oralista historicamente enraizada na sociedade, não contemplando práticas pedagógicas que possibilitem a comunicação dos surdos. Neste sentido, além dos inúmeros desafios da efetivação das políticas públicas, a inclusão escolar vem se deparando com a problemática da ausência de recursos institucionais que as escolas devem ter para efetivar uma educação para todos. Isso é desafiador, pois vai além das esferas institucionais, perpassando as políticas sociais, a distribuição de renda e de bens materiais e culturais. Assim, a igualdade de direitos, desrespeitando a dignidade, o direito à cidadania e a formação de identidade dos surdos, não é promovida.

Portanto, quando a BNCC não contempla a LIBRAS como componente curricular, além de tornar ainda mais inviável a inclusão dos Surdos no sistema público de ensino por falta de recursos, não norteia a prática pedagógica do professor, o qual pode ter alunos surdos sem fluência na LIBRAS e conseqüentemente não formaram uma identidade surda. Impossibilitando, assim, a adaptação de componentes curriculares, que iriam desenvolver os aspectos psicossociais, socioculturais e cognitivos destes alunos.

REFERÊNCIAS

ANDREIS- WITKOSKI, Sílvia [et al.] (Organizadores). **Educação de surdos em debate**. 1º Edição. Curitiba: Editora UTFPR, 2014.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. Competências Gerais da Nova BNCC. **INEP**. Disponível em: <<http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/futuro/novas-competencias-da-base-nacional-comum-curricular-bncc/79>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamentada a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e o Art. 18 da Lei nº 10,098 de 19 de dezembro de 2000. **Diário oficial da união**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 25abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 10. 436 de 24 de abril de 2002. MORAES, Márcia. NEO- Núcleo de Educação Online. **Repositório digital Huet**. Curso Online de Pedagogia Bilíngue. Disciplina Currículo e Educação. 6:51 min. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/742/1/CURR%20UN01_Intr od.mp4>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. **Diário oficial da união**. Brasília- DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Aprova a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e dá outras providências. **Diário oficial da união**. Brasília- DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 abr.2020.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Aprova a Lei Brasileira de Inclusão- LBI e dá outras providências. **Diário oficial da união**. Brasília- DF, 06 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 15 abr.2020.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS. **Diário oficial da união**. Brasília- DF, 01 set.2010. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-12319-10>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FARIA, Evangelina Maria Brito de (Organizadoras) [et al.] e DONATO, Adriana DI [et al.]. **LIBRAS**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

GRANDO, Katlen Böhm. O letramento a partir de uma perspectiva teórica: Origem do termo, conceituação e relações com a escolarização. In: **IX ANPED SUL- SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012**. Disponível em: <<https://ava.ead.ifpb.edu.br/course/view.php?id=659>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

IFPB. Texto Base- Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas específicas. In: Especialização em Libras EaD. **Disciplina: Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Patos, 2020. Aula 01. Disponível em: <<https://ava.ead.ifpb.edu.br/course/view.php?id=658>>. Acesso em: 15 abr. 2020. Publicado em: 13 de abr. 2020.

LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. Aprendendo a ler “com outros olhos”: Relatos de oficinas de letramento visual com professores Surdos. **Cadernos de educação**. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas[36]: 175-195, maio/agosto, 2001. Aula 03- letramento. Disponível em: <<https://ava.ead.ifpb.edu.br/course/view.php?id=659>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MACEDO, Yuri Miguel; NUNES, Elna Lacerda Machado; BENEVIDES, Silvia Lúcia Lopes. LIBRAS: Desafios e Possibilidade para a Implantação do Currículo da Educação Básica, da Rede Regular de Ensino de Uibaí. In: **@arquivo Brasileiro de educação**. Volume 7, número 16, páginas 301- 318. ISSN 2318-7344. Disponível em: <<http://periódicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducação/article/view/23022>>. Acesso em: 31/10/2020. Publicado em: 20/06/2020.

MALTA, Shirley Cristina Lacerda. Uma abordagem sobre currículo e teorias afins visando à compreensão e mudança. **Espaço do currículo**, v.6, nº 2, p. 340-354. Maio à agosto, 2013. ISSN 1983-1579. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MENDONÇA, Lorena Medeiros de; CARVALHO, Taiana Wila de; DOMINGUES, Luciana Santos; FARIA, Ana Carolina Cintra. A importância da LIBRAS como Componente Curricular na Educação Básica. **In: Revista educação- saberes e práticas**. Volume 7- número 1, 2018. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://revistas.icesp.br/index.php/SaberesPratica/article/viewFile/342/238&ved=2ahUKEwiokLC03NfsAhWNSsAKHaFwC-QQFjACegQIDRAB&usg=AOvVaw26_udn9oLobQVUitcQdHWm>. Acesso em: 31/10/2020.

MORAES, Márcia. NEO- Núcleo de Educação Online. **Repositório digital Huet**. Curso Online de Pedagogia Bilíngue. Disciplina Currículo e Educação. 5:43 min. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/783/1/CURR_Introdutorio_UN07.mp4>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MORAES, Márcia. NEO- Núcleo de Educação Online. **Repositório digital Huet**. Curso Online de Pedagogia Bilíngue. Disciplina Currículo e Educação. 7:51 min. Disponível em:

<<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/749/1/CURR%20UN02.mp4>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MORAES, Márcia. NEO- Núcleo de Educação Online. **Repositório digital Huet**. Curso Online de Pedagogia Bilíngue. Disciplina Currículo e Educação. 7:55 min. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/763/1/CURR_Introdutorio_UN05.mp4>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MORAES, Márcia. NEO- Núcleo de Educação Online. **Repositório digital Huet**. Curso Online de Pedagogia Bilíngue. Disciplina Currículo e Educação. 8:47 min. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/771/1/CURR_Introdutorio_UN06.mp4>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**. Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em:

<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

PINHEIRO, Tatiana. MiKhail Bakhtin, o filósofo do diálogo. **Nova escola**, 01 ago. 2009. Disponível em:

<<https://novaescola.org.br/conteúdo/1621/mikhail-bakhtin-o-filosofo-do-dialogo>>. Acesso em: 07 set. 2018.

População brasileira é composta por mais de 10 milhões de pessoas surdas. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/especial-publicitario/ubm/conhecimento-transforma/noticia/2020/02/12/populacao-brasileira-e-composta-por-mais-de-10-milhoes-de-pessoas-surdas.ghtml>>. Acesso em: 23 nov.2020. Publicado em: 12 fev.2020.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial/Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SANTANA, Araceli Catieli Ferreira de [et al.]. A importância da comunidade surda, identidade surda e a cultura surda. In: **CONEDU- VII Congresso nacional de educação**. Publicado em outubro, 2020. ISSN:2358-8829 Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA11_ID3508_29062020120959.pdf>. Acesso em: 10 mar. 21.

SILVA, Arlene Batista da. **Literatura em LIBRAS e educação literária de surdos: um estudo da coleção “educação literária” e de vídeos literários em LIBRAS compartilhados na internet**. Tese de Doutorado em Letras (UFES): Vitória, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3185/1/tese_8981_TESE%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.

SILVA, Renata de Arruda Câmara. Um olhar sobre o surdo na nova Base Comum Curricular no Brasil. Centro Virtual de Cultura surda. **Revista virtual de cultura surda**. Edição n°23. Maio de 2018. ISSN 1982-6842. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/6%25C2%25BA%2520Artigo%2520da%2520Revista%252023%2520de%2520CAMARA%2520SILVA.pdf&ved=2ahUKEwjQ_YWMjYXpAhUFILkGHdACIIQFjABegQIDBAG&usg=AOvVaw0UJRP1yW1wX3pW4Fz3QTW>. Acesso em 25 abr. 2020.

RIBEIRO, Nayla Schenka; SHOLL- FRANCO, Alfred. Desafios educacionais em contextos multilíngues de ensino: uma proposta curricular inclusiva com línguas de sinais e neurociência. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.revistas.udesc.br/index.php/colbeduca/article/download/11460/8247&ved=2ahUKEwj87_2tfsAhUNgbkGHS3dCVoQFjAOegQIDBAB&usg=AOvVaw0lIZ9TmvUgVaYUHS1t89xm>. Acesso em: 31/10/2020.

TAVEIRA, C. C.; ROSADO, A. O letramento visual como chave de leitura das práticas pedagógicas e da produção de artefatos no campo da surdez. **Revista Pedagógica**. Chapecó, v. 18, n°39, p. 174-195, set./dez. 2016. Disponível em: DOI <<http://dx.doi.org/10.22196/rp.v18i39.3691>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

THOMA, Adriana da Silva. Currículo para educação de surdos na perspectiva bilíngue. **Anais do simpósio currículo**, realizado no: XI CONGRESSO INTERNACIONAL E NO XVII SEMINÁRIO NACIONAL DO INES 1857/2012, 19 de setembro de 2012. Aula 02- Texto 2. Disponível em: <<https://ava.ead.ifpb.edu.br/course/view.php?id=659>>. Acesso em: 15 abr. 2020.